

Governo tenta acelerar reforma tida como vital, mas travada há 20 anos

Desafio de superar resistências para reforma tributária avançar

Governo federal pretende encaminhar, até abril, proposta que redistribuirá os impostos de empresas e pessoas físicas

RAFAEL VIGNA*

rafael.vigna@zerohora.com.br

Promessa central da campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e temática consensual no setor produtivo, a reforma tributária domina as atenções e discursos da nova equipe econômica. Os integrantes correm contra o tempo para organizar o que pode ser aproveitado dos projetos em discussão no Congresso e fechar o texto, abrindo caminho para aprovação ainda no primeiro ano de mandato.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou, no fim de janeiro, força-tarefa para a elaboração da proposta com representantes de todas as áreas da pasta. Em declarações recentes, Haddad chegou a projetar a aprovação da matéria até abril, mas esse cenário mais otimista parece distante.

O intervalo de tempo é considerado exíguo para assunto de tamanha complexidade, haja vista que, desde 2004, pelo menos seis propostas de emenda à Constituição (PECs) e um projeto de lei estiveram na pauta do Congresso, sem avançar o suficiente.

Até o momento, o governo federal não detalhou os principais pontos da pauta, largando apenas fragmentos sobre o que deve nortear o texto final. Em um dos acenos mais recentes, no último dia 2, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, estimou a aprovação do tema no Congresso em, no mínimo, seis meses. A declaração da ministra ocorreu após reunião com o presidente

da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Na mesma data, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), afirmou que a proposta deve ser encaminhada ao Parlamento até abril e que há espaço para aprovar o texto até o final deste ano. Em mensagem ao Congresso, Lula manteve o mesmo tom, destacando avanços no tema nos próximos meses.

Dias antes, Haddad adiantou que a reforma vai replicar as melhores experiências internacionais e evitará mudar as regras do Simples, tendo foco no imposto sobre consumo. A definição do comando do Congresso, na semana passada, abre caminho para celeridade no processo. Recém reeleitos, Lira e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), fizeram gestos de apoio à tramitação da proposta nesses primeiros meses.

Fôlego

No intervalo de quase duas décadas, as PECs 45 e 110, que resguardam algumas semelhanças, ganham fôlego extra e concentram a maior parte das expectativas hoje. Entre as razões, está a nomeação de Bernard Appy para a Secretaria Especial da Reforma Tributária. O economista, que comandou a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda e a Secretaria Extraordinária de Reformas Econômico-fiscais no primeiro governo Lula, cofundou o Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), entidade que presidia quando assinou a autoria

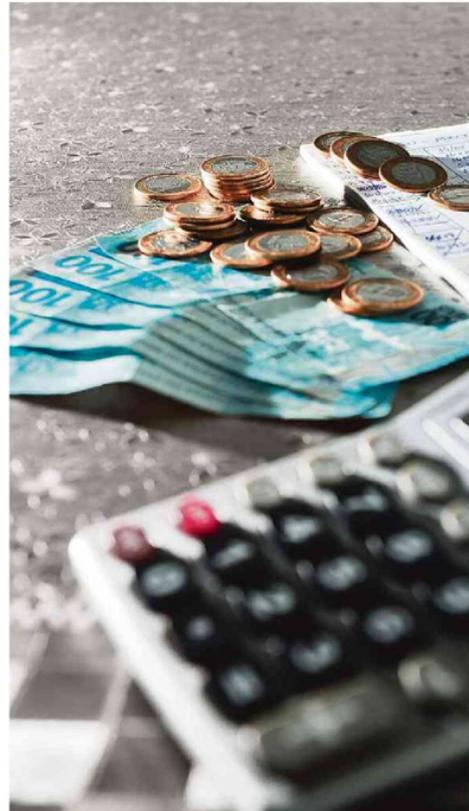
da PEC 45 – um dos nortes da temática a partir de agora. Appy também foi diretor de Estratégia e Planejamento da BM&F Bovespa, hoje B3, de onde vem relacionamento mais próximo com o mercado financeiro.

No terceiro trimestre de 2022, as despesas gerais do governo federal representavam 44,9% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo dado mais recente disponibilizado pelo Tesouro Nacional. Mais do que a redução da elevada carga tributária nacional, a meta de ambas as PECs sobre a mesa no momento é perseguir um modelo capaz de simplificar processos e obrigações acessórias da contabilidade fiscal. Com isso, espera-se por melhorias no ambiente econômico para desfrutar investimentos.

Movimentações recentes, a exemplo de reunião entre Appy, autor da PEC 45, e senadores que participaram da elaboração da PEC 110, indicam que a tentativa será produzir texto único com referência às duas propostas que tramitam em separado desde 2019 – a 45 na Câmara e a 110 no Senado.

Uma frase repetida à exaustão por anos pelo empresário gaúcho Jorge Gerdau Johannpeter resume a missão. Segundo ele, a área tributária da siderúrgica nos EUA poderia ser tocada por três profissionais e, no Brasil, não com menos de 300. Exageros ou verdades incômodas de lado, a base sobre a qual nascem as propostas em discussão é a unificação de tributos.

*Colaborou Anderson Aires



Brasil é recordista no gasto de tempo para cumprir obrigações da Receita

Pressões sobre isenções e interesses empresariais

De acordo com o orçamento federal de 2023, deixarão de entrar no caixa no decorrer deste ano R\$ 456,1 bilhões referentes às isenções e renúncias fiscais, o que corresponde a 4,29% do PIB.

Por quatro anos, o então ministro da Economia, Paulo Guedes, propugou que a revisão em cerca de 20% desse universo faria brotar o equivalente a R\$ 50 bilhões nos cofres federais e haveria, segundo ele, margem para mais.

E, exatamente, nesse ponto co-

meçam os debates. Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Mauro Rochlin lembra que o pacote de medidas, apresentado pelo Ministério da Fazenda no fim de janeiro, já aborda de maneira transversal as desonerações.

A questão, avança ele, é que isso mexe no bolso de setores específicos e pujantes da economia nacional, que contam com ampla representação no Congresso

Nacional, o que prenuncia mais zonas de resistência.

Da mesma forma, a prioridade dada para o recolhimento tributário nos Estados e municípios de destino, ao contrário do que acontece hoje, quando a arrecadação fica na origem, tem potencial para elevar receitas nos entes da federação menos desenvolvidos, o que desagradaria aqueles economicamente mais ativos.

Como consequência, o diretor legislativo da Federação Nacional

das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon), Diogo Chamun, antevê outro campo de conflito nas bases regionais de deputados e senadores, que sairiam em defesa de interesses locais.

Nota técnica das consultorias de orçamento do Senado e da Câmara dos Deputados, por exemplo, dá números à concentração de renúncias e benefícios no Sudeste e no Sul: mais de 60%.

A constatação, segundo o texto, contraria a determinação constitucional que aponta para a redução de desigualdades regionais.

– O que pesa é a oposição corporativa. Estados e municípios já se opuseram, pois perderiam o fluxo direto de arrecadação para a União que, depois, repassaria aos entes. Há forte resistência sobre o fato. Ainda existem os interesses empresariais que podem achar que vão pagar mais e que deveriam pagar menos – arremata Chamun.

Item	Descrição	Valor (R\$ bilhões)
1	Isenções e renúncias fiscais	456,1
2	Outros itens	...

Item	Descrição	Valor (R\$ bilhões)
1	Isenções e renúncias fiscais	456,1
2	Outros itens	...

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Modernização e Desenvolvimento **Página:** 8 + 9